

PROGRAMA DO CONCURSO N.º 05/DG-DAI-TCCV/2025

TRIBUNAL DE CONTAS

- Lei n.º 24/IX/2018 de 2 de fevereiro - Regulamento da organização, composição, competência, o processo e o funcionamento do Tribunal de Contas;
- Estatuto do pessoal dos serviços de Apoio do Tribunal de Contas - Decreto-Lei n.º 13/2015 de 26 de fevereiro;
- Resolução n.º 3/2018 de 7 de dezembro – Regulamento do Tribunal de Contas
- Resolução n.º 4/2018 de 7 de dezembro – Regulamento do funcionamento da 1ª Secção do Tribunal de Contas
- Resolução n.º 5/2018 de 7 de dezembro – Regulamento da 2ª Secção do Tribunal de Contas
- Resolução n.º 6/2018 de 7 de dezembro – Regulamento da 3ª Secção do Tribunal de Contas
- Resolução n.º 7/2011 de 19 de outubro - Instrução e tramitação dos processos de fiscalização prévia;
- Resolução n.º 6/2011 de 19 de outubro - Instrução para a prestação de contas das entidades da administração pública central e municipal a submeter ao TCCV;
- Instrução n.º 1/2019 de 11 de fevereiro – Instrução sobre a tramitação e a organização dos processos de fiscalização concomitante e sucessiva e requisitos exigidos para a apresentação das contas de gerência
- Instrução n.º 2/2019 de 11 de fevereiro – Contratos adicionais aos contratos visados
- Decreto-lei n.º 50/2019 de 28 de novembro – Regime jurídico das custas do Tribunal de Contas
- Resolução n.º 04/TC/2015 de 16 de fevereiro – Código de Ética do Tribunal de Contas

DIREITO DA FUNÇÃO PÚBLICA

- Regime Jurídico do Emprego Público – Lei n.º 20/X/2023, de 24 de março
- Plano de Carreiras, Funções e Remunerações – Decreto-lei n.º 4/2024, de 24 de janeiro
- Regime jurídico do estágio probatório na administração pública - Decreto-Lei n.º 43/2014, de 14 de agosto
- Pessoal dirigente da função pública - Decreto-Lei n.º 59/2014, de 4 de novembro
- Pessoal do quadro especial - Decreto-Lei n.º 49/2014, de 10 de setembro
- Mobilidade profissional e territorial dos funcionários - Decreto-Lei n.º 54/2009, de 7 de dezembro
- Estatuto disciplinar dos agentes da administração pública - Decreto-Legislativo n.º 8/97 de 8 de maio
- Estatuto de aposentação e da pensão de sobrevivência -Lei n.º 61/III/89, de 30 de dezembro – Alterado pela Lei n.º 39/VIII/2013, de 17 de setembro
- Lei de férias, faltas e licenças - Decreto-Lei n.º 3/2010, de 8 de março



PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

- Decreto-Legislativo n.º 1/2023, de 2 de outubro
- Lei da Modernização Administrativa - Lei n.º 39/VI/2004, de 2 de fevereiro

CONTRATAÇÃO PÚBLICA

- Lei n.º 88/VIII/2015, de 14 de abril - Código da Contratação Pública;
- Decreto-Lei n.º 50/2015 de 23 de setembro - Normas aplicáveis ao regime substantivo dos contratos Administrativos, sem prejuízo do disposto em lei especial;

CONTABILIDADE E FINANÇAS PÚBLICAS

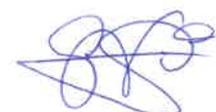
- Conceitos, Objeto e Objetivos
- Enquadramento da Reforma da Administração Financeira do Estado
- Organismos e Serviços públicos
- Receitas e Despesas públicas
- Orçamento do Estado
- Elaboração e Apresentação de Mapas de Execução Orçamental
- Elaboração e Apresentação da Conta Geral do Estado
- Plano Nacional da Contabilidade Pública - Decreto-Lei n.º 10/2006
- Decreto-Lei n.º 29/2001 de 19 de novembro
- Tabela de Ajudas de Custo - Decreto n.º 204/91, de 30/12
- Regime jurídico das deslocações, ajudas de custos e outros abonos a aplicar aos deslocados em serviço público no território nacional e ao exterior - Decreto-Lei n.º 26/2013 de 2 de julho
- Lei n.º 55/IX/2019, de 1 de julho
- Decreto-lei n.º 42/2019 de 24 de setembro
- Lei n.º 45/X/2024 de 30 de dezembro
- Decreto-lei n.º 61/2024, de 31 de dezembro

SISTEMA DE NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA E DE RELATO FINANCEIRO

- Sistema de Normalização Contabilística e Financeiro - Decreto-Lei n.º 5/2008 de 4 de fevereiro
- Portaria N.º 49/2008 – Código de Contas do SNCRF
- Normas de Relato Financeiro - Despachos Normativos (todos) publicados no BO I Série n.º 48 de 29 de dezembro de 2008;

AUDITORIA FINANCEIRA

- Normas Internacionais de Auditoria (ISA), e Normas Internacionais de Controlo de Qualidade (ISQC);
- Aspetos Gerais da Auditoria;
- Avaliação do Risco e Resposta aos Riscos Avaliados;
- Prova de Auditoria;
- Uso dos Trabalhos de Terceiros;
- Conclusões de Auditoria e Relato;
- Áreas especializadas;
- Casos práticos de resolução.



AUDITORIA NO SECTOR PÚBLICO

- Conceito, âmbito e fundamentos;
- Normativo Internacional - INTOSAI
- Princípios Básicos em Auditoria Pública;
- Normas gerais em auditoria pública, e normas com relevo ético;
- Normas de relato em auditoria pública.

AUDITORIA INTERNA

- Conceito e Âmbito da Auditoria Interna;
- A Avaliação dos Processos de Gestão de Risco;
- Avaliação do Controlo Interno - Técnicas e Tipos de Controlo Interno;
- Normativos da Auditoria Interna;
- Modelos de Controlo Interno (COSO – ERM);

FISCALIDADE

- Código Geral Tributário
- Administração fiscal
- Procedimento Tributário
- Benefícios Fiscais
- Contencioso Fiscal (Processo Tributário e Execuções Tributárias)
- Lei Nº 78/VIII/2014, de 31 de dezembro
- Lei Nº 82/VIII/2014, de 8 de janeiro
- Decreto-lei n.º 6/2015 – Regime de retenção na fonte

SOCIEDADES COMERCIAIS

- Conceito de Sociedade Comercial
- Tipos de Sociedades
- Constituição de Sociedades
- Estruturas de Governação
- Estruturas de Fiscalização
- Avaliação anual da situação da sociedade
- Deliberações Sociais
- Alterações do contrato da sociedade
- Alterações do Capital Próprio

Tribunal de Contas, Sito na Cidade da Praia, aos 26 de junho de 2025

O Diretor Geral,



/Luís António Ortet da Veiga/
Direcção

